LIVRO VERMELHO DOS MAMÍFEROS DE PORTUGAL CONTINENTAL

Para efeitos bibliográficos, este livro deve ser citado da seguinte forma:

Mathias ML (coord.), Fonseca C, Rodrigues L, Grilo C, Lopes-Fernandes M, Palmeirim JM, Santos-Reis M, Alves PC, Cabral JA, Ferreira M, Mira A, Eira C, Negrões N, Paupério J, Pita R, Rainho A, Rosalino LM, Tapisso JT & Vingada J (eds.)(2023). *Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental*. FCiências.ID, ICNF, Lisboa.

A citação de cada capítulo deve seguir os termos da referência bibliográfica disponível no final do respectivo capítulo. A título de exemplo, esta citação deve obedecer ao seguinte formato base:

Santos-Reis M, Mira A & Lopes-Fernandes M (2023). *Mustela putorius* toirão. In Mathias ML (coord.), Fonseca C, Rodrigues L, Grilo C, Lopes-Fernandes M, Palmeirim JM, Santos-Reis M, Alves PC, Cabral JA, Ferreira M, Mira A, Eira C, Negrões N, Paupério J, Pita R, Rainho A, Rosalino LM, Tapisso JT & Vingada J (eds.): *Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental.* FCiências.ID, ICNF, Lisboa.

Apoio financeiro, beneficiários e parceiros

Este projeto é co-financiado pelo PO SEUR (POSEUR-03-2215-FC-000097), Portugal 2020, União Europeia – Fundo de Coesão e pelo Fundo Ambiental.

Teve como beneficiário a FCiências.ID – Associação para a Investigação e Desenvolvimento de Ciências e como parceiro o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

A coordenação técnico-científica ficou a cargo do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM) e do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (cE3c) da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), e contou como parceiros de execução com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Universidade de Aveiro (UA), Universidade de Évora (UE), ICETA – Instituto de Ciências, Tecnologias Agrárias e Agroambiente da Universidade do Porto (CIBIO-InBIO) e Mesocosmo – Consultoria, Tecnologia e Serviços Científicos, Unipessoal Lda.

Consulta e download da publicação em:

https://livrovermelhodosmamiferos.pt

Cofinanciado por:

POSEUR PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS 2014 20 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo de Coesão · FUNDO AMBIENTAL

Beneficiário:

FCiências.ID

Parceiro:

ICNF Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Entidades participantes:

Ciências ULisboa Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa · universidade de aveiro theoria poiesis praxis · UNIVERSIDADE DE ÉVORA · utad UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO · CIBIO Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos · BIOPOLIS · MESOCOSMO

Apoios:

BONDALTI · REN

RES
EN

Canis lupus (Linnaeus, 1758)
Lobo, Lobo-ibérico

Taxonomia
Carnivora, Canidae.
As populações portuguesas pertencem à sub-espécie *Canis lupus signatus* (Cabrera, 1907).

Ocorrência
Residente – **Res**

Categoria
EM PERIGO – EN (D)
Fundamentação: População nacional estimada em menos de 250 indivíduos maturos.

Distribuição
Global: Ocorre em grande parte da Ásia, América do Norte e Europa (Boitani 2018). Na Europa central e ocidental apresenta uma distribuição fragmentada, embora algumas das suas populações se encontrem em expansão (Chapron *et al*. 2014, Kackensky *et al*. 2021). Na Península Ibérica, encontra-se, principalmente, no quadrante noroeste, verificando-se alguma expansão para este e sul (MITECO 2015).
Portugal: Após uma acentuada regressão da sua área de ocorrência ao longo do século XX (Petrucci-Fonseca 1990), atualmente ocorre apenas no norte e centro de Portugal Continental, numa área que se estende por mais de 20 000 km^2, da qual ocupa de forma regular apenas cerca de 16 000 km^2. Esta área de ocupação foi estimada com base em registos de presença obtidos entre 2017 e 2021 (Censo Nacional de Lobo 2019/2021 *in prep*.), enquanto o mapa anexo inclui registos obtidos durante os períodos mais alargados, indicados na legenda.

População e Tendência
População: Apresenta duas subpopulações: uma a norte do rio Douro, em continuidade com a população espanhola, e outra a sul deste rio, aparentemente isolada da restante população ibérica (Álvares *et al*. 2015, Silva *et al*. 2018).
Atualmente, estimam-se cerca de 50 a 60 alcateias em Portugal, das quais menos de 10 localizam-se a sul do rio Douro (Pimenta *et al*. 2005, Censo Nacional de Lobo 2019/2021 *in prep*.). População nacional estimada em aproximadamente 300 indivíduos, dos quais, tendo em conta a biologia e estrutura social da espécie, menos de metade correspondem a animais reprodutores que contribuirão de forma efetiva para a continuidade da população.
A população em Portugal manteve-se globalmente estável nas duas últimas décadas, apesar de ocorrerem algumas variações, a nível regional, no número de alcateias detetadas (Pimenta *et al*. 2005, Álvares *et al*. 2015, Nakamura *et al*. 2021, Censo Nacional de Lobo 2019/2021 *in prep.).*
O tempo geracional estimado é de 6 anos (Mech 1970, Petrucci-Fonseca 1990, Moreira 1998).
Tendência: Estável.

Habitat e Ecologia
É uma espécie social, que vive em grupos familiares (alcateias), que, em Portugal, ocupam áreas de aproximadamente 100 a 200 km^2 (Álvares *et al*. 2015). Ocorre numa grande diversidade de habitats, como florestas, matos, pastagens e terrenos agrícolas, dependendo essencialmente da disponibilidade e acessibilidade de presas adequadas, sejam ungulados selvagens ou domésticos, e do grau de perturbação humana (Eggerman *et al*. 2011, Boitani 2018, Grilo *et al*. 2019, Rio-Maior *et al*. 2019). Em Portugal, ocorre maioritariamente em áreas montanhosas, por apresentarem menor presença humana, maiores densidades de presas selvagens e elevados efetivos pecuários em regime extensivo (Pimenta *et al*. 2005, Grilo *et al*. 2019).

Canis lupus ©Joaquim Pedro Ferreira

Fatores de Ameaça

A predação sobre efetivos pecuários, resultante sobretudo da falta de proteção adequada dos animais domésticos, associada, em algumas áreas, à escassez de presas selvagens, constitui a principal causa de animosidade para com esta espécie, e como tal, a principal dificuldade para a sua conservação (Pimenta *et al*. 2018). Os conflitos decorrentes desta situação, bem como o desconhecimento sobre o papel do lobo no ecossistema, conduzem muitas vezes à mortalidade ilegal desta espécie, por laço, tiro e envenenamento (Pimenta 2020).

A fragmentação do habitat resultante da construção de grandes infraestruturas, como autoestradas e barragens, constitui também um fator de ameaça relevante, dificultando a conetividade entre áreas de presença da espécie (Eggerman *et al*. 2010, Rio-Maior *et al*. 2019). A destruição do coberto vegetal, associada, por exemplo, a grandes incêndios florestais (Lino *et al*. 2019), assim como o aumento da perturbação humana, associado à instalação de infraestruturas (p. ex. parques eólicos, centrais solares e explorações de inertes), e à realização de atividades recreativas, têm também contribuído para a redução de áreas adequadas para refúgio e reprodução do lobo e de habitat adequado para as suas presas selvagens (Álvares *et al*. 2015, Ferrão da Costa *et al*. 2018).

Medidas de Conservação

As medidas de conservação relevantes encontram-se enquadradas pelo Plano de Ação para a Conservação do Lobo-ibérico em Portugal (PACLobo), publicado através do Despacho nº 9727/2017, de 8 de novembro.

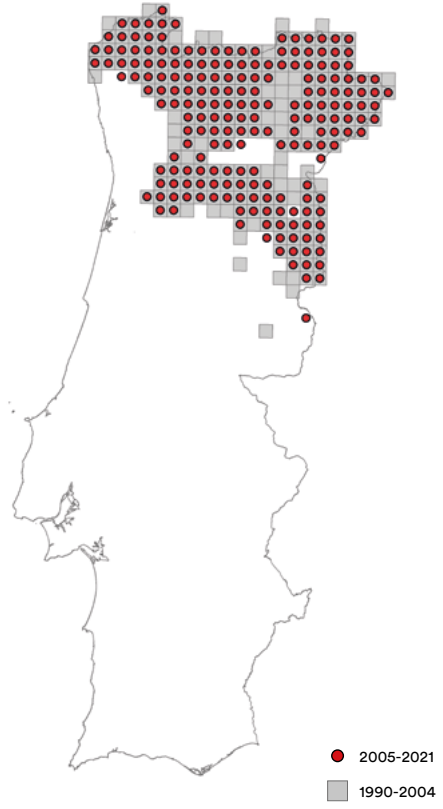
Com vista à minimização do conflito associado à predação sobre efetivos pecuários, destaca-se a existência, desde 1990, de um sistema de compensação por prejuízos atribuídos ao lobo, e de várias iniciativas para promover uma maior proteção dos animais domésticos, como sejam a distribuição de cães de proteção de gado e o apoio à instalação de vedações. De referir também, a existência, desde 2014, de uma medida de apoio financeiro à manutenção deste tipo de cães, no programa nacional de desenvolvimento rural.

Outras medidas desenvolvidas são:

– o Sistema de Monitorização de Lobos Mortos, que desde 1999, tem permitido monitorizar as causas de mortalidade desta espécie, bem como assegurar uma atuação mais concertada entre o ICNF e as autoridades policiais e judiciais;

– ações para o fomento das presas selvagens, incluindo a melhoria do habitat, a compatibilização de espécies de ungulados com as atividades agrícola, florestal e cinegética, e a reintrodução de corço;

– a monitorização regular da espécie, através de censos nacionais, projetos de âmbito regional e dos diversos estudos desenvolvidos ao nível da ecologia, genética, patologia, predação sobre efetivos pecuários e dimensão sociocultural.



Legenda do Mapa
Ocorrências confirmadas de lobo-ibérico *Canis lupus* em Portugal Continental nos períodos entre 1990 e 2004 e entre 2005 e 2021.

Citação recomendada desta ficha e avaliação:
Pimenta V, Barroso I, Álvares F & Petrucci-Fonseca F (2023). *Canis lupus* lobo. *In* Mathias ML (coord.), Fonseca C, Rodrigues L, Grilo C, Lopes-Fernandes M, Palmeirim JM, Santos-Reis M, Alves PC, Cabral JA, Ferreira M, Mira A, Eira C, Negrões N, Paupério J, Pita R, Rainho A, Rosalino LM, Tapisso JT & Vingada J (eds.): *Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental*. FCiências.ID, ICNF, Lisboa.